



As décadas de 1950 e 60 foram marcadas por lutas pela terra em todo o Brasil: **lutas de arrendatários** contra injustiças nos acordos de arrendamento; **lutas de posseiros** contra falsificações de títulos feitas por grileiros, em especial nas áreas de fronteira agrícola; **lutas de foreiros e moradores** contra diminuições das terras para plantio próprio dos trabalhadores ou contra aumentos abusivos do “foro”

Conflito de Santa Fé do Sul



As terras do noroeste paulista pertenciam ao Estado, mas foram griladas com documentos falsos.

Duas das maiores fazendas da região eram a Mariana, de 3.146 hectares, e a São João do Bosque, de 12.584 hectares. Ambas eram de José Carvalho Diniz, o Zico Diniz, grande latifundiário conhecido pela frase: *“Terra não se dá, não se empresta, não se vende; terra a gente toma ou, se não puder tomar, compra, e paga só pelas metades”*.

“Meu povo! Vamos agora tratar com carinho este capim, para depois mandarmos para São Paulo, para o governador e o Zico Diniz comerem!”

(Declaração de Jofre Correa Netto, publicada no jornal “O Estado de São Paulo”)

Nestas fazendas **arrendatários** trabalhavam as terras com o compromisso verbal de entregá-las com o capim formado. Em meio a uma grave seca em 1958-59, os trabalhadores recorreram a um advogado, solicitando a renovação de contratos. Representantes de Zico Diniz mandaram então plantar capim no meio das lavouras. Apoiados pelo PCB, os arrendatários responderam com uma operação “arranca capim”.

Junto com o governo estadual foi elaborado novo contrato de arrendamento de um ano, ao fim do qual, em 1960, explodiu novo conflito. Enquanto o proprietário soltava o gado na roça dos lavradores, a Associação dos Lavradores de Santa Fé foi processada pelo DOPS e a principal liderança dos trabalhadores, Jofre Correia Neto, foi condenada. Os trabalhadores não conseguiram permanecer na terra



Jofre Correia Neto

Conflito de Trombas e Formoso



Ocupada por posseiros, a área de Trombas e Formoso no norte do atual Goiás começou a ser grilada na década de 1950. Em meio a **conflitos entre grileiros e posseiros**, militantes do PCB chegaram à região em 1954. Sob sua influência os posseiros organizaram-se em “conselhos de córregos” e fundaram em 1955 a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas.

Em 1957 o governo estadual organizou uma ofensiva contra os posseiros e foi recebido com piquetes de resistência. Realizou-se então um acordo segundo o qual o governo estadual retiraria as tropas da região enquanto o PCB apoiaria as pretensões do governador de estender seu mandato e apresentar seu filho à sucessão.



José Porfírio

Em Trombas e Formoso (Goiás) São os Próprios Camponeses Que Fazem a Reforma Agrária



Estabeleceu-se com isso uma área liberada 10 mil quilômetros quadrados, organizada a partir de três associações e vinte e três conselhos dos trabalhadores. As ofensivas militares contra a região após o golpe militar de 1964 prenderam e torturaram vários dos principais líderes do movimento

Conflito no Engenho Galiléia, em Pernambuco



Entre as décadas de 1950 e 1960, devido à alta dos preços internacionais do açúcar, senhores de engenho de Pernambuco começaram a aumentar a área destinada à cana e a diminuir as áreas de cultivo próprio dos trabalhadores. Neste contexto, em 1955 organizou-se no Engenho Galiléia a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco, uma associação de defesa de **foreiros ameaçados de despejo.**



Com apoio do advogado e deputado estadual pelo PSB Francisco Julião, a associação do Engenho Galiléia se transformaria em semente das **Ligas Camponesas**. O caso do Engenho Galiléia estendeu-se até 1959, quando a Assembleia Legislativa de Pernambuco desapropriou suas terras, entregando-as à Companhia de Revenda e Colonização (CRC).

A agência estatal atuou de forma arbitrária e verticalizada ao distribuir as terras, esforçando-se sempre para separar e desmobilizar os trabalhadores rurais.

Apesar disso, a relativa vitória no Engenho Galiléia foi suficiente para estimular a ampliação das Ligas Camponesas em Pernambuco e outros estados.





Durante a ditadura aprofundou-se o violento processo de expropriação sofrido por pequenos produtores em todo o Brasil. Ao longo da década de 1970, enquanto cerca de 75 milhões de hectares eram incorporados à fronteira agrícola, quase 16 milhões de pessoas foram expulsas do campo à cidade em todo o país. Apenas em São Paulo foram expulsas entre as décadas de 1960 e 1980 cerca de 2,5 milhões de pessoas dos campos, em uma drástica redução das pequenas explorações agrícolas no estado

